



Revisão do Conteúdo Estudado no Ano Anterior: O Mundo e o Brasil no Século XIX

Caros alunos,

À medida que iniciamos o terceiro ano do Ensino Médio, é fundamental retomar os principais acontecimentos históricos estudados no ano anterior, especialmente aqueles que moldaram o mundo e o Brasil ao longo do século XIX. Esse período foi marcado por transformações profundas, tanto no cenário internacional quanto no contexto brasileiro, e compreendê-lo é essencial para avançarmos nos estudos deste ano. Vamos lembrar os principais tópicos:

A Era Napoleônica (1799-1815)

A Era Napoleônica transformou a Europa por meio da ascensão e do domínio de Napoleão Bonaparte. Após o golpe de Estado de 18 de Brumário, em 1799, Napoleão consolidou seu poder e implementou reformas que influenciaram profundamente o continente, como o Código Napoleônico, base para diversos sistemas jurídicos. Suas campanhas militares, conhecidas como Guerras Napoleônicas, redefiniram o mapa político europeu, expandindo a influência francesa e impondo governos autoritários em várias regiões.

O impacto de Napoleão ultrapassou as fronteiras da França, deixando um legado duradouro na política, nas instituições e na cultura europeia. No entanto, seu domínio chegou ao fim com a derrota na Batalha de Waterloo, em 1815, encerrando seu império e inaugurando uma nova ordem política na Europa. Além de suas conquistas militares, Napoleão marcou a história por reformas que modernizaram diversas nações, consolidando sua posição como uma das figuras mais influentes da era moderna.

Segundo Reinado (1840-1889)

O Segundo Reinado, sob o governo de Dom Pedro II, foi um período de estabilidade política e crescimento econômico. O Brasil se consolidou como uma potência agrícola, impulsionado pela expansão da produção de café, açúcar e borracha. No entanto, o período também foi marcado por desafios, como a Questão Christie, um conflito diplomático com o Reino Unido que fortaleceu o nacionalismo brasileiro, e a Questão Militar, que refletia a insatisfação dos militares com o governo imperial.

A assinatura da Lei Áurea, em 1888, representou um marco na história do país ao abolir a escravidão, mas intensificou o descontentamento das elites agrárias, contribuindo para a queda da monarquia. Paralelamente, o país avançou na modernização da infraestrutura, com a construção de ferrovias e redes telegráficas, além do fortalecimento do poder central. Contudo, a pressão por reformas políticas e sociais enfraqueceu o regime imperial, culminando na Proclamação da República em 1889 e abrindo caminho para uma nova fase na história do Brasil.

Independência das Colônias da América Espanhola e do Haiti

O século XIX também foi marcado por movimentos de independência na América Latina, impulsionados pelas ideias iluministas e pelo descontentamento com o domínio colonial. Na América espanhola, líderes como Simón Bolívar, José de San Martín e Miguel Hidalgo lideraram revoltas que resultaram na independência de países como Venezuela, Colômbia, Argentina e México. Esses movimentos foram influenciados pela instabilidade política na Espanha, causada pela ocupação francesa durante as Guerras Napoleônicas, e refletiram o desejo de autodeterminação e liberdade.

No Haiti, ocorreu a primeira revolução de escravos bem-sucedida da história, liderada por figuras como Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines. A independência do Haiti em 1804 foi um marco importante, mas o país enfrentou grandes desafios após sua emancipação, como o isolamento diplomático e econômico imposto pelas potências coloniais, que se recusaram a reconhecer sua independência. Além disso, a economia haitiana permaneceu dependente da agricultura, especialmente da produção de açúcar e café, o que limitou seu desenvolvimento e perpetuou desigualdades sociais. Esses processos de independência não apenas libertaram os territórios do domínio colonial, mas também estabeleceram precedentes importantes para a luta pelos direitos humanos e pela autodeterminação em todo o mundo.

Independência do Brasil (1822)



A Independência do Brasil, proclamada em 7 de setembro de 1822, foi um processo marcado por tensões entre Brasil e Portugal, além das mudanças políticas na Europa. Dom Pedro I teve um papel decisivo ao romper os laços com a metrópole e assumir o trono como primeiro imperador do país. A Era Napoleônica influenciou indiretamente esse processo, já que a invasão de Portugal pelas tropas francesas levou à transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Esse evento elevou o status do território a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, estimulando sua economia com a abertura dos portos.

Apesar da ruptura com Portugal, a independência ocorreu de forma relativamente pacífica em comparação com outros movimentos de libertação na América Latina. No entanto, muitas estruturas do período colonial foram preservadas, como a escravidão e a concentração de poder nas mãos da elite. Embora formalmente independente, o Brasil manteve laços econômicos e políticos com Portugal, o que gera debates sobre o alcance real de sua autonomia na época. A independência foi um passo fundamental para a construção da identidade nacional, mas não solucionou as desigualdades sociais nem os conflitos políticos internos que marcariam o século XIX.

Primeiro Reinado (1822-1831)

O Primeiro Reinado, sob o governo de Dom Pedro I, foi um período turbulento, marcado por desafios internos e externos que influenciaram a consolidação do Brasil como nação independente. Logo após a proclamação da independência, o país enfrentou guerras de independência em diversas províncias que resistiam à separação de Portugal, exigindo esforços militares e políticos para garantir a unidade territorial. Além disso, a Guerra da Cisplatina (1825-1828) resultou na perda da Província Cisplatina, que se tornou o Uruguai, evidenciando as fragilidades do novo império.

A administração de Dom Pedro I gerou descontentamento entre diferentes setores da sociedade, especialmente entre as elites políticas e econômicas, que criticavam seu autoritarismo e a centralização do poder. A crise econômica, agravada por gastos excessivos e dificuldades em estabilizar as finanças do país, intensificou as tensões. Paralelamente, a oposição ao imperador cresceu após o assassinato do jornalista e político Líbero Badaró em 1830, episódio que ampliou a pressão sobre seu governo.

Diante desse cenário, Dom Pedro I abdicou do trono em 7 de abril de 1831, partindo para Portugal a fim de reivindicar o trono como Dom Pedro IV. Sua renúncia abriu caminho para o Período Regencial, uma fase de grande instabilidade política, já que seu sucessor, Dom Pedro II, ainda era uma criança de apenas cinco anos. Apesar dos desafios, o Primeiro Reinado permitiu a consolidação de instituições políticas fundamentais, como a Assembleia Geral, responsável pela elaboração de leis e pela administração do país. No entanto, a instabilidade do período demonstrou as dificuldades de consolidar uma monarquia estável em um território vasto e marcado por profundas desigualdades sociais.

Período Regencial (1831-1840)

Com a menoridade de Dom Pedro II, o Brasil entrou no Período Regencial, caracterizado por intensa instabilidade política e social. Sem um monarca no poder, a regência foi estabelecida para governar o país, e os regentes eram escolhidos pelo Parlamento, refletindo os interesses das elites políticas da época. Inicialmente, adotou-se a Regência Trina, composta por três regentes que administravam o império coletivamente. No entanto, as divergências entre os governantes e a dificuldade de manter a ordem levaram à transição para a Regência Una, na qual apenas um regente assumia o comando. O período foi marcado por revoltas de caráter regional e social, como a Cabanagem, no Pará; a Sabinada, na Bahia; e a Balaiada, no Maranhão, que evidenciaram a insatisfação popular com a centralização do poder e as desigualdades sociais. A falta de consenso entre as elites e a incapacidade dos regentes de estabilizar o governo resultaram na antecipação da maioridade de Dom Pedro II em 1840, episódio conhecido como o Golpe da Maioridade, que encerrou o Período Regencial e deu início ao Segundo Reinado.

Apesar das crises e revoltas, o Período Regencial trouxe avanços importantes, como a promulgação da Lei Feijó, que aboliu o tráfico negreiro, e a aprovação de medidas para descentralizar a administração pública, concedendo mais autonomia às províncias. No entanto, a instabilidade política e a dificuldade das elites em governar de forma eficaz minaram a confiança no regime regencial, reforçando a necessidade de um governo mais



centralizado. Esse contexto pavimentou o caminho para o retorno da monarquia sob o comando de Dom Pedro II, dando início a uma fase de maior estabilidade política.

Segundo Reinado (1840-1889)

O Segundo Reinado, sob o governo de Dom Pedro II, foi um período de crescimento econômico e relativa estabilidade política, marcado pela consolidação do Brasil como uma potência agrícola. A economia do país se desenvolveu principalmente com a expansão da produção de café, que se tornou o principal produto de exportação, além do açúcar e da borracha. Paralelamente, a política externa passou por momentos de tensão, como a Questão Christie, um conflito diplomático com o Reino Unido que fortaleceu o nacionalismo brasileiro, e a Questão Militar, que revelou a insatisfação das forças armadas com o governo imperial. Apesar desses desafios, o período também viu avanços educacionais e culturais, impulsionados pelo próprio imperador, que era um grande incentivador do conhecimento e das artes.

O desenvolvimento da infraestrutura foi uma das marcas do Segundo Reinado, com a construção de ferrovias, telégrafos e modernização dos portos, facilitando a integração do território e o escoamento da produção agrícola. No entanto, a estrutura social do país manteve profundas desigualdades, sustentadas pelo trabalho escravizado, cuja abolição ocorreu apenas em 1888 com a Lei Áurea. A libertação dos escravizados gerou grande descontentamento entre as elites agrárias, que se sentiram traídas pelo governo imperial. Esse cenário, somado à crescente pressão por reformas políticas e à perda de apoio das forças armadas, levou à Proclamação da República em 1889, encerrando o ciclo monárquico e inaugurando uma nova fase na história do Brasil.

Proclamação da República (1889)

A Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, foi um marco decisivo na história do Brasil, encerrando o regime monárquico e inaugurando um novo modelo de governo baseado em princípios republicanos. Liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, o movimento republicano ganhou força devido à crescente insatisfação com a monarquia, agravada por crises políticas e econômicas, além da abolição tardia da escravidão, que alienou parte das elites agrárias. Com a instauração da República, foi elaborada uma nova Constituição para estabelecer as bases do regime, promovendo a reorganização das instituições políticas e estimulando mudanças que influenciariam profundamente o desenvolvimento social e econômico do país.

Além dos fatores políticos e econômicos, a queda da monarquia foi impulsionada pelo descontentamento dos militares, que viam a monarquia como um entrave ao progresso nacional, e pela influência do positivismo, uma corrente filosófica que defendia a ordem e o progresso como pilares para a modernização do país. A transição para a República representou uma mudança estrutural significativa, redefinindo o papel do Estado e dando início a uma nova era de desafios e transformações que moldariam o Brasil nas décadas seguintes.

Atividades:

1. Considerando o que foi explanado em sala de aula, em sua opinião porque Napoleão Bonaparte entrou para história?
2. Quais foram os principais fatores que impediram o Haiti de se desenvolver após sua independência?
3. Qual a relação entre a Era Napoleônica e a Independência do Brasil?
4. Durante o primeiro reinado, em sua opinião o Brasil estava realmente independente de Portugal? Justifique.
5. Porque o Brasil passou por um período regencial?
6. Quais das características econômicas dos segundo reinado ainda são percebidas hoje em dia no Brasil?
7. Porque após a Proclamação da República uma nova constituição foi elaborada?